

MJ-CGS-COORDENACAO GERAL DE LOGISTICA/DF

Estudo Técnico Preliminar 14/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 08001.003492/2025-53

2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) trata sobre a necessidade de aquisição de capachos, tapetes e carpetes diversos para atender às necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP.

A contratação justifica-se em razão da necessidade de: (I) os tapetes atualmente usados apresentarem estado bastante desgastado, apresentando rasgos, perdas e marcas de dobra (Ofício nº 1448/2025/SAA/SE/MJ - 34065493); (II) a necessidade de aquisição de tapetes para a composição de dispositivos dos eventos institucionais deste Ministério (Despacho 117 - 33287807); (III) a substituição periódica de capachos, tapetes e carpetes desgastados é medida que visa prevenir acidentes decorrentes de escorregões e quedas, bem como reduzir o desgaste prematuro de pisos e revestimentos (Documento de Formalização da Demanda - 34760588); (IV) complementar a composição do novo projeto de Ambientação do layout do Salão Negro do Palácio da Justiça (Ofício 637 - 32846318).

Considerando que os itens demandados possuem consumo continuado, reposição frequente, desgaste natural pelo uso intensivo, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) apresenta-se como a solução mais vantajosa para o interesse público. O SRP permite:

- aquisição sob demanda, evitando imobilização orçamentária imediata;
- reposição rápida de equipamentos avariados;
- padronização tecnológica entre os ambientes;
- atendimento eficiente às demandas recorrentes da área de eventos e comunicação;
- alinhamento ao planejamento institucional previsto no Plano de Logística Sustentável (PLS) e às diretrizes de governança estabelecidas pela Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, que orientam o planejamento de contratações e o gerenciamento do ciclo de vida dos ativos.

Por fim, a aquisição em tela encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico, as diretrizes de planejamento conjunto de contratações e o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, consoante Documento de Formalização de Demanda nº 81/2025 (34760588)

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais	Bruno Crescenti de Paiva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os bens a serem adquiridos podem ser classificados como de natureza comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21

Entende-se que, devido ao fato de serem ofertados no mercado por vasta quantidade de fornecedores, com possibilidade de fácil comparação entre si, esses equipamentos estão inseridos na categoria de bens e serviços comuns. Dessa forma, proporciona-se ao pregoeiro/comissão de licitação condições de compra com base no menor preço.

Ainda, registra-se que os padrões de desempenho e qualidade dos itens podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

Destaca-se, também, que o objeto a ser licitado não envolve criação, inovação ou conjugação de requisitos técnicos especiais, desconhecidos pelo mercado. Em contrapartida, o mercado domina as soluções pretendidas, pois são ofertadas por muitas empresas e comparáveis entre si com facilidade.

No tocante à modalidade de licitação, cumpre ressaltar que será adotado o Sistema de Registro de Preços, atentando-se ao estabelecido no Decreto nº11.462/2023, notadamente:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

Durante a fase de análise das soluções adotadas pela Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o pregão, do tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme preconiza o art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

4.1 Prazos e Condições de Entrega

O prazo máximo para entrega será de até 30 dias úteis, *contados da emissão da Nota de Empenho*.

entrega ocorrerá no local indicado na ordem de compra, em horário comercial apenas nos endereços participantes do SRP, conforme previsão no Termo de Referência.

A Administração poderá, quando necessário, solicitar remessas fracionadas conforme o modelo SRP.

4.2 Entregas no Âmbito do Sistema de Registro de Preços (SRP)

As entregas serão realizadas conforme demanda, por meio de ordens de compra durante a vigência da Ata.

Administração poderá solicitar quantidades variáveis, preservando a flexibilidade típica do SRP

4.3 Da possibilidade de renovação da ARP

Em atenção ao **PARECER n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU**, aprovado pelos Despachos **n. 00028/2025/GAB/DECOR/CGU/AGU** e **n. 00034/2025/GAB/DECOR/CGU/AGU**, registra-se que há **possibilidade jurídica de renovação da Ata de Registro de Preços por mais um ano**, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

O parecer consolida o entendimento de que, uma vez prorrogada a vigência da ARP, **é igualmente possível renovar os quantitativos originalmente registrados**, permitindo que sejam novamente disponibilizados na integralidade para o novo período de vigência, desde que atendidos os requisitos legais e procedimentais aplicáveis.

A restauração dos quantitativos está condicionada, nos termos do **PARECER n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU**, a: (a) comprovação da manutenção do preço vantajoso; (b) previsão expressa no edital e na própria ARP; (c) tratamento prévio da matéria na fase de planejamento, **razão pela qual se registra esta previsão neste ETP**; e (d) formalização da prorrogação mediante termo aditivo firmado dentro da vigência inicial da ata.

Dessa forma, para os itens objeto deste Estudo Técnico Preliminar — capachos, tapetes e carpetes destinados ao atendimento das necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública — fica devidamente consignado que, caso a ARP decorrente deste processo seja prorrogada, **os quantitativos aqui estimados poderão ser renovados integralmente**, assegurando continuidade da reposição, padronização dos ambientes e manutenção das condições operacionais e de segurança previstas no planejamento institucional.

4.3.1 Acréscimos de Quantitativos

Poderão ser aplicados acréscimos de até 25%, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem alteração dos valores unitários registrados.

4.4 Da Garantia da Contratação

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 96, prevê que a Administração pode exigir garantia nas contratações, desde que de forma justificada no processo. Trata-se, portanto, de uma faculdade, e não de uma obrigatoriedade, devendo sua adoção estar vinculada à existência de risco relevante de inadimplemento ou à necessidade de proteção do interesse público.

No caso em análise, verifica-se que o objeto da contratação tratasse de bens simples, padronizados, de baixo risco técnico e operacional. Além disso, trata-se de fornecimento sem complexidade tecnológica, sem necessidade de instalação especializada, sem etapas críticas de execução e sem custo expressivo que, caso descumprido, comprometa o interesse público.

Diante desses fatores, não se justifica a exigência de garantia contratual, uma vez que sua adoção não traria benefícios proporcionais ao risco envolvido e poderia elevar o custo da contratação.

4.5 Do compartilhamento da contratação

Nos termos do Decreto nº 11.462/2023, a divulgação da Intenção de Registro de Preço (IRP) constitui mecanismo voltado à ampliação da participação de órgãos interessados, não sendo, contudo, obrigatória em todos os casos, devendo sua utilização observar o critério de conveniência e oportunidade da Administração.

Na presente contratação pretende-se atender demandas específicas do MJSP, cujas características, quantitativo e condições de execução foram planejadas com base em necessidades internas, não havendo ganho de eficiência ou economicidade na ampliação do objeto para outros participantes, de modo que não ocorrerá a divulgação da IRP.

Ademais, a eventual inclusão de outros órgãos poderia comprometer a gestão da futura Ata de Registro de Preços, em razão de diferenças operacionais, logísticas ou de especificação do objeto, contrariando o princípio da eficiência previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

4.5.1 Da adesão de órgãos não participantes

No que tange à possibilidade de adesão à futura Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, nos termos do Decreto nº 11.462/2023, opta-se por permitir a adesão de forma restrita, exclusivamente a órgãos vinculados ao MJSP.

No caso em análise, a contratação foi planejada com base nas necessidades específicas deste órgão, contudo, admite-se que órgãos vinculados ao MJSP compartilham características institucionais, operacionais e administrativas semelhantes, o que favorece a padronização das demandas, a compatibilidade das especificações do objeto e a viabilidade logística de execução.

A ampliação irrestrita da adesão poderia comprometer o equilíbrio do planejamento realizado, acarretar riscos à execução e prejudicar o atendimento das necessidades originárias, em afronta ao princípio da eficiência.

Dessa forma, a limitação estabelecida revela-se medida proporcional e necessária à preservação da governança da ata e da efetividade da contratação.

4.6 Da participação de consórcios

Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio na presente contratação.

A vedação fundamenta-se no art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que faculta à Administração, mediante justificativa, admitir ou vedar a participação de consórcios, conforme a natureza e a complexidade do objeto

No caso em exame, o objeto consiste na aquisição de tapetes, capachos e carpetes, bens de natureza comum, padronizados e disponíveis no mercado por ampla gama de fabricantes e distribuidores. O fornecimento não envolve alta complexidade técnica, não demanda reunião de capacidades empresariais distintas e complementares, nem possui vulto econômico que justifique a conjugação de esforços entre empresas.

Ademais, o mercado fornecedor dos itens pretendidos é amplo e pulverizado, com pluralidade de fornecedores aptos a atender integralmente ao objeto de forma individual, razão pela qual a formação de consórcio poderia, ao contrário, reduzir o universo de competidores individuais e comprometer a economicidade do certame.

4.7 Da participação de cooperativas

Não será admitida a participação de sociedades cooperativas na presente contratação.

A restrição justifica-se pela natureza do objeto — tapetes, capachos e carpetes —, que configura atividade tipicamente mercantil de comercialização e revenda de bens por terceiros, não se enquadrando nas hipóteses de prestação de serviços especializados com personalidade do cooperado, previstas na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e no art. 10 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União e a doutrina administrativa consolidaram o entendimento de que as cooperativas devem participar de licitações apenas quando a natureza do objeto for compatível com a forma cooperativa de trabalho, isto é, quando os serviços ou fornecimentos puderem ser executados diretamente pelos cooperados, em regime de mútua colaboração e sem subordinação. O fornecimento de tapetes, capachos e carpetes não se amolda a essa lógica, porquanto não há atividade produtiva dos cooperados na cadeia de fornecimento, mas mera intermediação comercial.

Admitir a participação de cooperativas em hipóteses incompatíveis com o regime cooperativista poderia configurar desvirtuamento da finalidade da Lei nº 5.764/1971 e ensejar riscos de natureza trabalhista e fiscal, além de potencial questionamento pelos órgãos de controle.

5. Levantamento de Mercado

Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do Pannel de Preços e do Portal de Compras Governamentais, além de buscas em sites especializados e cotações com fornecedores com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

Desse levantamento de mercado inicial, tem-se registros constantes da Pesquisa de Mercado 35500629.

Destaca-se que por se tratar de aquisição de equipamentos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, enquadrando-se, portanto, na classificação de bens comuns, não se vislumbrou a necessidade de realização de audiência pública com o fito de coletar contribuições para a definição do objeto mais adequado.

Julga-se, por fim, que a pesquisa realizada demonstra a viabilidade e a disponibilidade de empresas para fornecimento do objeto.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição, por meio de pregão e Sistema de Registro de Preços (SRP), de carpetes, tapetes e capachos, considerando a imprescindibilidade desses itens para a adequada conservação dos ambientes institucionais, desempenhando papel fundamental na preservação da limpeza, na proteção dos pisos e no controle de partículas de sujeira e umidade, contribuindo para a manutenção da higiene, da segurança e da apresentação dos espaços de uso coletivo.

A solução é composta pelos seguintes itens:

1. Tapete Vermelho para a rampa principal do MJSP

- Medida: 41,60 m x 2,50 m
- Altura do pelo: 4 a 10 mm
- Tipo de corte do pelo: Cut (pelo cortado), misto loop pile + cut
- Composição da fibra: Nylon (Poliamida) ou poliéster texturizado
- Base: Antiderrapante para pisos lisos e polidos (ex: mármore)
- Densidade: Alta, superior a 50.000 tufts/m² (> 5 tufts/cm²)"
- Estilo: Liso, sem relevos, sem desenhos e cor única e uniforme
- Cor: Vermelho cereja #D20A2E
- Cor da costura da borda: Vermelho cereja #D20A2E
- Acabamento bordas: bordas maiores: costura (overlock cordonado ou Serging); bordas menores: Debrum, borda virada ou costura (overlock cordonado ou Serging)
- Tratamento: retardante de chamas e fumaça
- Resistência: Tráfego alto, resistência à abrasão e guarda enrolada
- Uso pretendido: externo
- Garantia: mínima de 1 ano contra soltura de pelos e perda de cor
- O tapete será escolhido mediante apresentação de catálogo com no mínimo 4 opções diferentes

2. Tapete Vermelho para a rampa da portaria privativa do Palácio da Justiça

- Medida: 3,5m x 1,5 m
- Altura do pelo: 4 a 10 mm
- Tipo de corte do pelo: Cut(pelo cortado), misto + cut looppile
- Composição da fibra: Nylon (Poliamida) ou poliéster texturizado
- Base: Antiderrapante para pisos lisos e polidos (ex: mármore)
- Densidade: Alta, superior a 50.000 tufts/m² (> 5 tufts/cm²)"
- Estilo: Liso, sem relevos, sem desenhos e cor única e uniforme
- Cor: Vermelho cereja #D20A2E
- Cor da costura da borda: Vermelho cereja #D20A2E
- Acabamento bordas: bordas maiores: costura (overlock cordonado ou Serging); bordas menores: Debrum, borda virada ou costura (overlock cordonado ou Serging)
- Tratamento: retardante de chamas e fumaça
- Resistência: Tráfego alto, resistência à abrasão e guarda enrolada
- Uso pretendido: externo
- Garantia: mínima de 1 ano contra soltura de pelos e perda de cor
- O tapete será escolhido mediante apresentação de catálogo com no mínimo 4 opções diferentes

Ambos os tapetes, da rampa principal e portaria privativa do Palácio da Justiça, devem atender a pelo menos uma das normas de reação às chamas a seguir:

1. NBR 9442 (Materiais de construção - Determinação do índice de propagação superficial de chama)
2. NBR ISO 9239-1 (Ensaio de reação ao fogo - Propagação de chama em piso)
3. ASTM E648 (Standard Test Method for Critical Radiant Flux of Floor Covering Systems)
4. ASTM D2859(Standard Test Method for Ignition Characteristics of Finished Textile Floor Covering Materials)

3. Carretel de ferro para enrolamento e armazenamento de tapete

Os carretéis de ferro deveram ser compatíveis com:

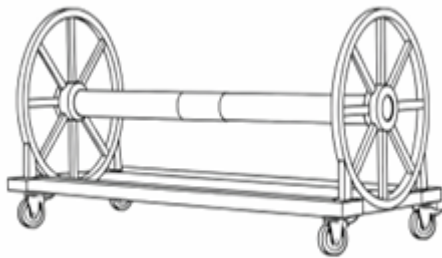
3.1 Tapete Vermelho para a rampa principal do MJSP

- Medida: 41,60 m x 2,50 m
- Altura do pelo: 4 a 10 mm
- Densidade: Alta, superior a 50.000 tufts/m² (> 5 tufts/cm²)"
- Composição da fibra: Nylon (Poliamida) ou poliéster texturizado

3.2 Tapete Vermelho para a rampa da portaria privativa do Palácio da Justiça

- Medida: 3,5m x 1,5 m
- Altura do pelo: 4 a 10 mm
- Densidade: Alta, superior a 50.000 tufts/m² (> 5 tufts/cm²)"
- Composição da fibra: Nylon (Poliamida) ou poliéster texturizado

Modelo de referência:



Serão aceitos outros modelos com características equivalentes ou superiores, desde que atendam aos requisitos mínimos acima elencados

4. Capacho de Fibra Sintética

- Medida total: 400m²
- Espessura: 12 mm
- Cor: Cinza/Grafite
- Cor da inscrição: preto
- Dizeres da inscrição: "MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA"
- Tipo de gravação: Vulcanizada
- O tapete será escolhido mediante apresentação de catálogo com no mínimo 2 opções diferentes

O fornecimento será efetuado por demanda, mediante emissão de Nota de Empenho específica, na qual a Administração indicará: (a) a metragem total da solicitação; (b) o número de peças; (c) as dimensões individuais de cada peça (comprimento × largura); e (d) o local de entrega.

Cada Nota de Empenho constituirá pedido autônomo de fornecimento, cuja entrega deverá ser realizada de forma integral pela Contratada, em remessa única, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da NE.

A soma dos fornecimentos efetivamente realizados ao longo da vigência da Ata não poderá exceder o quantitativo total de 400 m² registrado, ressalvada a hipótese do art. 125 da Lei nº 14.133/2021

5. Tapete tipo Persa de cores diversas

- Medida: 3m x 5m
- Material: poliéster ou poliamida
- Espessura: 8 mm
- acabamento: Com franja
- Base: Antiderrapante
- O tapete será escolhido mediante apresentação de catálogo com no mínimo 10 opções diferentes

6. Tapete tipo Persa

- Medida: 5m x 5m
- Material: poliéster ou poliamida
- Espessura: 8 mm
- acabamento: Com franja
- Base: Antiderrapante

- O tapete será escolhido mediante apresentação de catálogo com no mínimo 10 opções diferentes

7. Tapete Bege

- Medida: 3m x 4m
- Espessura: 6 mm
- Aspecto da superfície: Buclê
- Material da superfície: 100% polipropileno
- Base: Antiderrapante
- O tapete será escolhido mediante apresentação de catálogo com no mínimo 4 opções diferentes.

8. Tapete Cinza

- Medida: 3m x 4m
- Espessura: 3 mm
- Material da superfície: 100% polipropileno
- Base: Antiderrapante
- O tapete será escolhido mediante apresentação de catálogo com no mínimo 4 opções diferentes.

9. Tapetes Circulares

- Dimensões: Ø 5,00 m (diâmetro) cada
- Formato: circular
- Material: tecido tipo fibra de NYLON
- Cor: cinza médio – referência RGB (110, 110, 110)
- Acabamento superficial: liso, sem textura aparente
- Uso pretendido: uso interno, com ou sem base antiderrapante (conforme necessidade do ambiente)
- O tapete será escolhido mediante apresentação de catálogo com no mínimo 4 opções diferentes.

10. Tapete Retangular

- Dimensões: 4,30 x 2,80 m
- Material: tecido tipo fibra de nylon
- Cor: Bege Claro
- Acabamento superficial: liso, sem textura aparente
- Aplicação: uso interno com base antiderrapante
- O tapete será escolhido mediante apresentação de catálogo com no mínimo 4 opções diferentes.

11. Tapete Bege Claro

- Medida: 5m x 5m
- Espessura: 3 mm
- Material da superfície: 100% polipropileno
- Base: Antiderrapante
- O tapete será escolhido mediante apresentação de catálogo com no mínimo 4 opções diferentes.

12. Tapete Bege 02

- Medida: 3,60m x 5m
- Espessura: 3 mm
- Material da superfície: 100% polipropileno
- Base: Antiderrapante
- O tapete será escolhido mediante apresentação de catálogo com no mínimo 4 opções diferentes.

13. Tapete Marrom

- Medida: 2,5m x 5m
- Espessura: 6 mm
- Material da superfície: 100% polipropileno
- Base: Antiderrapante
- O tapete será escolhido mediante apresentação de catálogo com no mínimo 4 opções diferentes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Tendo em vista a natureza consumível dos itens e a sua rápida deterioração, o que enseja a necessidade de novas aquisições permanentes ou frequentes, foi observado que para o bom atendimento das necessidades do Ministério, a melhor forma de contratação seria o Sistema de Registro de Preços, por ser conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida.

De modo que a quantidade estimada a ser adquirida, consubstanciado nas informações submetidas pelas Unidades é:

Item	Especificações	Quantidade
1	Tapete Vermelho para a rampa principal do MJSP	1
2	Tapete Vermelho para a rampa da portaria privativa do Palácio da Justiça	1
3	Carretel de ferro para enrolamento e armazenamento de tapete	2
4	Capacho de Fibra Sintética	400m ²
5	Tapete tipo Persa de cores diversas	3
6	Tapete tipo Persa	2
7	Tapete Bege	3
8	Tapete Cinza	3
9	Tapetes Circulares	3
10	Tapete Retangular	2
11	Tapete Bege Claro	2
12	Tapete Bege 02	2
13	Tapete Marrom	2

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 396.852,86

O método para estimativa de preços que norteará o certame obedecerá às diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa 65, de 7 de julho de 2021, bem como da Portaria MJ nº 1606, de 3 de julho de 2024, que dispõem sobre procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral:

IN 65/2021

- Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:
- I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
 - II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
 - III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;
 - IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Da pesquisa, tem-se o valor estimativo de R\$ 396.852,86

No transcorrer da instrução processual a referida pesquisa poderá ser aperfeiçoada caso haja necessidade, observando os termos da IN e da Portaria supracitadas. Na ocasião, serão juntados aos autos as memórias de cálculo da estimativa de preços, bem como os respectivos documentos que corroborem a definição do preço referenciais.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A análise sobre a conveniência do parcelamento do objeto observa o disposto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021 e na Súmula TCU nº 247, os quais disciplinam a necessidade de, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, promover o parcelamento do objeto para ampliar a competitividade, evitar concentração de mercado e garantir maior economicidade

Lei 14.133/2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

III - determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;

IV - condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

[...]

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Súmula TCU nº 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No presente caso, a aquisição dos tapetes vermelhos destinados à rampa principal e à entrada privativa, bem como do carretel de ferro para suporte dos tapetes, configura um conjunto de itens interdependentes. Os tapetes requerem suportes específicos para sua instalação, transporte e armazenamento, de forma que a adequação entre as dimensões, peso, material e modo de fixação deve ser garantida pelo mesmo fornecedor, evitando incompatibilidades técnicas.

Dessa forma, o parcelamento não se mostra tecnicamente viável, pois:

1. Os itens dependem entre si para o pleno funcionamento da solução (tapete + carretel compatível).
2. A aquisição separada pode gerar riscos de incompatibilidade, retrabalho ou necessidade de adaptações, reduzindo a eficiência e aumentando custos.
3. O fornecimento conjunto assegura padronização, atendimento ao desempenho esperado e maior segurança na instalação e utilização.

Assim, adota-se o agrupamento dos itens citados em um único lote, considerando a natureza integrada do objeto e em conformidade com o art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a padronização e a economicidade, e com a Súmula TCU nº 247, uma vez que o parcelamento, neste caso específico, poderia acarretar prejuízo ao conjunto da solução.

Portanto, o fornecedor dos tapetes vermelhos destinados à rampa principal e à entrada privativa deverá entregar o material acompanhado de seu respectivo carretel, garantindo plena compatibilidade entre os componentes.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se da aquisição de tapetes, carpetes e capachos para suprir necessidades pontuais das Unidades desta Pasta. Consoante exposto no tópico 2, Descrição da Necessidade, as demandas são decorrentes da necessidade de: (I) os tapetes atualmente usados apresentarem estado bastante desgastado, apresentado rasgos, perdas e marcas de dobra (Ofício nº 1448/2025/SAA/SE/MJ - 34065493); (II) a necessidade de aquisição de tapetes para a composição de dispositivos dos eventos institucionais deste Ministério (Despacho 117 - 33287807); (III) a substituição periódica de capachos, tapetes e carpetes desgastados é medida que visa prevenir acidentes decorrentes de escorregões e quedas, bem como reduzir o desgaste prematuro de pisos e revestimentos (Documento de Formalização da Demanda - 34760588); (IV) complementar a composição do novo projeto de Ambientação do layout do Salão Negro do Palácio da Justiça (Ofício 637 - 32846318).

Assim, tendo em vista que a aquisição pretende suprir necessidades pontuais das Unidades desta Pasta, inexistem contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Essa demanda está prevista no Plano de Contratações Anual da Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais, conforme Documento de Formalização da Demanda nº 81/2025 - 34760588.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se com esta contratação atingir os seguintes resultados:

1. Redução do risco de escorregões e quedas, prevenindo incidentes em áreas de circulação intensa e garantindo maior proteção a servidores e visitantes.
2. Diminuição do desgaste prematuro de pisos e revestimentos, prolongando a vida útil dos materiais e reduzindo custos futuros de manutenção predial.
3. Uniformização estética e funcional entre os espaços institucionais, alinhada ao novo projeto de ambientação do Salão Negro.
4. Disponibilização tempestiva de materiais adequados para compor cenários institucionais, garantindo melhor apresentação e apoio às ações de comunicação.
5. Garantia de reposição rápida e adequada de capachos, tapetes e carpetes desgastados, assegurando a manutenção da qualidade dos ambientes de uso intensivo.

Em suma, os resultados pretendidos referem-se ao aprimoramento da segurança e a conservação dos ambientes do Ministério, por meio da substituição planejada de capachos, tapetes e carpetes desgastados. A utilização de materiais mais duráveis e adequados ao alto fluxo de circulação contribui para prevenir acidentes, preservar os pisos, padronizar os espaços e apoiar a ambientação de áreas estratégicas, garantindo maior eficiência no atendimento das demandas institucionais.

13. Providências a serem Adotadas

Entende-se que as aquisições em tela não necessitaram de adequação do ambiente organizacional/arquitetônico para que a contratação surta seus efeitos. Ainda, entende-se que a contratação não traz à tona novas peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação específica para o acompanhamento do fornecimento dos itens.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Esta contratação observará em todas as fases do procedimento as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, observando os Decretos nº 7746/2012 e nº 9178/2017; a Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010; e a legislação e normas ambientais, no que couber.

Ainda, observar-se-á os seguintes Requisitos de Sustentabilidade, quando aplicáveis:

- Menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos;
- Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Menor presença de materiais perigosos ou tóxicos;
- Maior vida útil;
- Geração de menor volume de resíduos;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais;
- Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na confecção, na embalagem, no transporte e no armazenamento dos materiais a serem adquiridos

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises realizadas no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação pretendida é viável, uma vez que se mostra necessária para atender às demandas institucionais, contribuindo para o adequado funcionamento das atividades da unidade demandante.

A solução proposta revelou-se tecnicamente adequada, pois atende aos requisitos definidos, encontra respaldo em práticas consolidadas no mercado e pode ser executada com os recursos humanos e operacionais disponíveis na Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IGOR JORGE GALDINO DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 14:11:32.

IVAN LUIZ GRAZIATO

Coordenador de Suprimentos e Serviços Gerais



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 14:24:59.

BRUNO CRESCENTI DE PAIVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 14:24:13.

SAMUEL RIOS TEIXEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 18:42:25.